



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

BINARISMO SEXUAL NA ESCOLA: CONTROLE SOCIAL DOS CORPOS

Ana Franciele de Oliveira Silva*
(UESB)

João Diógenes Ferreira dos Santos**
(UESB)

RESUMO

O presente trabalho é fruto das categorias analisadas no projeto de pesquisa Diversidade Sexual e Educação: desvelando a violência contra gays, lésbicas, travestis e transexuais. O ambiente escolar tende a reafirmar as teses heterossexista. O binarismo entre o feminino e o masculino determina a naturalização da sexualidade. Fazendo com que o indivíduo que apresenta um comportamento diverso a esta lógica seja compreendido como anormal e passível de violência. Os indivíduos aprendem, desde muito cedo, a ocupar e a reconhecer seus lugares sociais, através de estratégias sutis, refinadas e naturalizadas (LOURO, 2012). Dessa maneira, o processo de vigilância sobre o sexo é intenso, os corpos sociais são constantemente controlados pelas instituições sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Binarismo sexual. Heterossexismo. Violência simbólica.

INTRODUÇÃO

A educação escolarizada implica na formação de condutas a partir das experiências vividas pelos sujeitos, esses espaços engendram sociabilidades alicerçadas pelas marcas sociais vigentes, ou seja, a escola se constitui em um processo sócio-histórico. Por isso tende a reafirmar as teses sexistas da sociedade, desta maneira os papéis sociais de meninos e meninas são minuciosamente definidos. Os primeiros devem ser machos, viris e dominadores, enquanto as meninas são educadas, desde o primeiro contato social, para ser dócil, meiga,

* Graduada em Direito na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, bolsista da CNPq, pesquisadora no projeto de pesquisa Diversidade sexual e educação: desvelando a violência contra gays, lésbicas, travestis e transexuais nos espaços educacionais. E-mail: franciele.uesb@gmail.com.

** Professor titular na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

passiva. Assim, em regra, os processos educativos, sejam eles formais ou não, estão preocupados em vigiar, controlar, construir, reconstruir, determinar os espaços sociais dos corpos de meninos e meninas; homens e mulheres (LOURO, 2012).

A lógica social binária está presente em múltiplas pedagogias culturais, assim sendo, os corpos sempre são objeto de um meticuloso processo de controle, pois as relações sociais de poder são demarcadas pelos corpos de cada indivíduo. O ambiente escolar tende a reafirmar as teses heterossexista. Todavia o faz de forma singela, quase que invisível, a divisão dos sexos está na “ordem das coisas” (BOURDIEU, 2011), aparecendo nitidamente nos símbolos. O processo de docilização dos corpos é intenso, muitos são os discursos que pretendem legitimar a lógica social hegemônica, demarcando os espaços sociais dos corpos, eles pretendem conformar os corpos sociais, assim afirmam o que é civilizado, educado, decente, controlando os lugares que os sujeitos devem ocupar na sociedade. Eles expressam e exercitam relações de poder. (LOURO, 2012).

O binarismo entre o feminino e o masculino determina a naturalização da sexualidade, fazendo com que o indivíduo que apresenta um comportamento diverso a esta lógica seja compreendido como anormal e passível de violência. Assim nos discursos sociais, sejam eles científicos, baseados no senso comum ou, ainda, em fundamentos religiosos, a diferença homem, mulher é definida pelo aparelho anatômico, sendo constantemente incorporada para justificar, ao mesmo tempo em que, determinar as distintas posições sociais e a diferença entre feminino e masculino. Nesta lógica o gênero é analisado como uma categoria natural. Compreende-se que os indivíduos já nascem dotados de uma sexualidade, enquanto na verdade, o gênero é uma categoria relacional. O discurso hegemônico utiliza-se desta categoria para justificar as diferenças entre o aparelho anatômico como forma de afirmar as distinções entre homem e mulher como naturais e não como socialmente construídas.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

A escola tem se estruturado em conceitos estanques, baseados em um conjunto de valores previamente estabelecidos, responsáveis por desvalorizar a figura do outro. Os indivíduos aprendem desde muito cedo a ocupar e a reconhecer seus lugares sociais, e aprendem isso em diferentes instancias do social, através de estratégias sutis, refinadas e naturalizadas (LOURO, 2012). A imposição de condutas sociais tidas como legítimas reconhecem relações sociais legítimas e ilegítimas, delimitando e controlando as relações sexuais dentro e fora do espaço escolar, é dessa forma que na educação formal:

[...] os sujeitos que, por alguma razão escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequencia sexo/gênero/ sexualidade serão tomados como minorias e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (LOURO *apud* JUNQUEIRA, 2009 p. 14)

Dessa maneira o processo de vigilância sobre os sexos é intenso, os corpos sociais são constantemente controlados – pela escola, pela mídia, pela família, pela igreja, dentre outras instituições. Estas normas, que são historicamente construídas, e vigiam os corpos sociais, estabelecem hierarquias e impõem um padrão de sexualidade perfeita. Este papel é dado, apenas, ao homem branco, heterossexual, de classe médio urbana e cristão (LOURO, 2011), enquanto todos os outros indivíduos que não se enquadram neste perfil, preenchem as sexualidades marginais.

Neste sentido, a ideologia, historicamente constituída, que permeia os espaços familiares, religiosos, escolares, Estatais, entre outros, produz situações diferenciadas na sociedade, em relação ao gênero e à orientação sexual. Assim



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

As diferenças de gênero e de sexualidade que são atribuídas às mulheres ou aos sujeitos homossexuais, sem dúvida, expressam-se materialmente em seus corpos e na concretude de suas vidas, ao mesmo tempo em que são significadas e marcadas discursivamente (LOURO, 2012, p. 47).

A modernidade nos trouxe inovações no campo da sexualidade, esta não deveria de maneira alguma ser desperdiçada, por isso a sexualidade deveria ser economicamente útil e politicamente conservadora. Segundo Michel Foucault (2003), até o século XVIII havia três códigos que regiam a sexualidade: o direito canônico, a teologia cristã, e a lei civil, sendo que a predominância neste período era das determinações religiosas em relação à sexualidade.

A partir do século XIX, apesar do domínio da igreja, a sexualidade passa a ser controlada pelo saber médico, que se desenvolve nesse século. Esse novo saber, segundo Foucault (2003), passou a descrever as condutas que poderiam ser consideradas normais e as ditas patológicas. O discurso médico é minucioso na narrativa do que é permitido:

Esta nova caça às sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos. A sodomia – a dos antigos direitos ou canônico – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre (Foucault, 2003. p. 43).

Neste processo de construção ideológica, o heterossexismo, o sexismo e o machismo são modelos que ditam as normas sociais ligadas ao sexo e a sexualidade, legitimando a violência dirigida a todos “os desviantes sociais”. O



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

primeiro, o heterossexismo é a visão na qual a heterossexualidade é a única sexualidade normal e saudável, pois esta está ligada ao sexo natural, pois o ato sexual é relacionado ao encaixe perfeito dos órgãos de reprodução humana, o pênis e a vagina. Já o sexismo constrói papéis específicos para homens e mulheres, naturalizando-os, afirma o sexismo a dominação do homem sobre a mulher (BORRILLO, 2010).

A educação escolarizada ainda é, na nossa realidade, um meio possível de mobilidade social. Apesar disso, segundo Bourdieu (2011, p.38) o ambiente escolar tende a reafirmar as teses heterossexista. Todavia o faz de forma singela, quase que invisível, a divisão dos sexos está na “ordem das coisas”, aparecendo nitidamente nos símbolos:

a educação elementar tende a inculcar maneiras de postar todo o corpo, ou tal qual de suas partes (a mão direita, masculina, ou a mão esquerda, feminina), a maneira de andar, de erguer a cabeça ou os olhos, de olhar de frente, nos olhos, ou, pelo contrário, abaixá-los para os pés etc. (2011, p.38)

A difusão das concepções heteronormativas fundamenta, diariamente, a violência contra os corpos sociais desviantes, ou seja, é como se existisse uma violência legítima para com os indivíduos que não obedecem às normas da sexualidade binária. Estes indivíduos são constantemente silenciados, o que evidencia uma condição de desumanização, de perda da dignidade devido à compreensão, do ponto de vista ideológico, de que são seres anormais, pecaminosos, imorais, sujos e promíscuos. Desta forma, os gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros e mesmo os heterossexuais que não se enquadram no padrão de sexualidade perfeita, são alvos de piadas, de violência física e simbólica.

A diferença homo/hetero não é só constatada, mas serve, sobretudo, para ordenar um regime das sexualidades em que os comportamentos heterossexuais são os únicos que



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

merecem a qualificação de modelo social e de referência para qualquer sexualidade. Assim, nessa ordem sexual, o sexo biológico (macho/fêmea) determina um desejo sexual unívoco (hetero), assim como um comportamento social específico (masculino/feminino). Sexismo e homofobia aparecem, portanto, como componentes necessários do regime binário das sexualidades. A divisão dos gêneros e o desejo (hetero) sexual funcionam, de preferência, como um dispositivo de reprodução biológica de espécie. A homofobia torna-se, assim, a guardiã das fronteiras tanto sexuais (hetero/ homo) quanto de gênero (masculino / feminino) (BORRILLO, 2010, p.16).

As relações binárias sociais afirmam a existência de um único comportamento social perfeito, há nas instituições sociais a construção de um sujeito necessariamente heterossexual, dentro desta lógica afirma-se a existência de apenas um homossexual, de um heterossexual, a existência de um padrão único de mulher, bem como de homem. Esta ideologia produz e fundamenta a misoginia, bem como a androgenia, dentro desta ideologia os homens devem em todo momento dar provas de sua masculinidade, ou seja, comprovar que exorcizaram a feminilidade de dentro de si, é desta maneira que o homem deve ser o mais viril possível, evitar relações de afeto entre eles, conter relações de camaradagem, ou qualquer tipo de manifestação de afeto, apenas se utilizando de gestos autorizados para o homem macho e viril (JUNQUEIRA apud LOURO, 2009).

A hierarquização da masculinidade e a lógica machista coloca o homem em um lugar de superioridade em relação a mulher, todavia mesmo a lógica da dominação social pelo homem se constitui em violência contra este, pois estas normas sociais são compreendidas como natural e universal, fazendo com que haja uma vigilância constante sobre os homens, estes devem se enquadrar em um padrão previamente estabelecido, para Bourdieu (2011, p.64)

o privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

por vezes ao absurdo, que impõe a todo homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância a sua virilidade

A obediência das normas da virilidade é um passe para a entrada em determinados espaços sociais, o homem deve fugir de atitudes compreendidas como de “veadinho”, é por isso que este deve constantemente dar provas nos espaços públicos de sua masculinidade, é um jogo necessário para permanecer no campo da “heterossexualidade presumida”, a valorização e exaltação da masculinidade possui seus fundamentos no medo que a feminilidade ocasiona. A mulher suscita o medo da vulnerabilidade da honra (BOURDIEU, 2011). A lógica binária da sexualidade é reafirmada pela escola, principalmente nos ritos de algumas instituições, que chega a parecer um rito de comprovação de virilidade, assim a virilidade deve ser validada pelos outros, comprovando que o individuo faz parte de um “grupo realmente de machos” (BOURDIEU, 2011).

No que diz respeito às mulheres esta ideologia, a ideologia heterossexista, afirma a dominação da mulher pelo homem. Desde a infância é dado à mulher o papel da sensibilidade, da convivência e obediência aos homens, a “feminilização do feminino” (BOURDIEU, 2011), violência simbólica, constitui-se enquanto ferramenta de dominação. Assim

As mulheres existem, em primeiro lugar, pelo e para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos acolhedores, atraentes e disponíveis. Espera-se que ela sejam “femininas”, ou seja sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, reservadas e, até mesmo, invisíveis. E a pretensa “feminilidade” não passa, na maior parte das vezes, de uma forma de complacência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, particularmente em matéria de ampliação do ego. (BOURDIEU 1998 apud BORRILLO, 2010, p. 30)

A heteronormatividade impõe a opressão, o silenciamento da orientação sexual, a submissão e a invisibilidade da mulher frente ao homem, compondo uma



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

sociedade sexista. Desta maneira há uma intervenção pública diretamente na vida privada. Já os gays, lésbicas, travestis e transexuais são tidos como desviante da norma heterossexual, por isso são passíveis de toda espécie de violência.

A escola absorve os padrões do sexismo, da heteronormatividade e do machismo, por isso a instituição escola norteia as suas ações por um padrão, fazendo crê que há apenas um modo adequado, *normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse modo significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico* (LOURO, 2012, P. 44). Esta centralidade no campo da sexualidade difunde a ideia de que a heterossexualidade é universal e natural, todos os processos culturais construídos a margem desta lógica são tidos como diferentes, anormais, marginais. A educação formal deve encontrar mecanismos para discutir de que forma as marcas identitárias, atribuídas aos sujeitos subordinados alguns indivíduos, ao mesmo tempo em que inferioriza uns indivíduos em detrimento do outro. Há que se pensar em modelo de escola que não fundamente a divisão entre adultos, crianças, jovens, ricos e pobres, normais e desviantes, os meninos e as meninas (LOURO, 2012), já que a escola por meio de processo de construção de normas sociais sempre interferiu na construção das identidades sociais.

REFERÊNCIAS

- Assmar, E. M. L.; Jablonski, B.; Rodrigues, A. **Psicologia social**. 28 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.
- BENTO, Berenice. **A Reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.
- BOURDIEU, P. **A Dominação masculina**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.



ISSN: 2175-5493

X COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

28 a 30 de agosto de 2013

- BRASIL. **Documento Brasil sem Homofobia da Secretaria Especial dos Direitos Humanos**, 2004. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.br/sedh.br>>. Acesso em 22 jan. 2012.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 15 ed. São Paulo: Graal, 2003.
- _____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. 13 ed. São Paulo: Graal, 2003.
- JUNQUEIRA, R. D. "Homofobia na escola: um problema de todos". In: _____. (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília, UNESCO, 2009.
- LOURO, G. L; FELIPE, J; GOELLNER, S. V. **Corpo gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- PICAZIO, C. **Outra verdade: perguntas e respostas para pais e educadores sobre homossexualidade na adolescência**. São Paulo: GLS, 2010.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. Ed ver. Atual. – São Paulo: Cortez, 2007.
- TORRES, M. A. **A Diversidade Sexual na Educação e os Direitos de Cidadania LGBT na Escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.